



» CB.Saúde | LEANDRO SAFATLE | PRESIDENTE DA ANVISA

Presidente da Anvisa afirma que imunizante em dose única do Butantan, recém-aprovado, dará uma resposta muito mais eficiente em áreas endêmicas no Brasil. Dirigente também comenta sobre canetas de emagrecimento e suplementos

“Vacina contra dengue marca uma nova etapa”

» RAFAELA BOMFIM*

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



A aprovação da vacina de dose única contra a dengue desenvolvida pelo Instituto Butantan marca um avanço histórico na saúde pública brasileira. Em entrevista ao CB.Saúde, parceria entre o **Correio Braziliense** e a TV Brasília, concedida às jornalistas Carmen Souza e Mariana Niederauer, o presidente da Anvisa, Leandro Pinheiro Safatle, detalhou a relevância do registro, os próximos passos da imunização, os desafios regulatórios da agência e as mudanças estruturais para acelerar a entrada de novas tecnologias no país.

Por que o registro dessa vacina representa um marco para o país?

Porque sintetiza o propósito central da agência: garantir segurança e eficácia de produtos essenciais para a população. Trata-se de um imunizante concebido, pesquisado e produzido no Brasil, voltado para uma endemia que atinge o país há décadas. O fato de ser nacional e atacar os quatro sorotipos amplia o impacto sanitário.

O que muda com a dose única?

A possibilidade de resposta rápida em regiões com surtos. Vacinas que exigem duas aplicações dependem de intervalo de meses para alcançar efeito pleno. A nova formulação permite ação imediata e amplia a adesão, especialmente em operações de bloqueio.

Como a agência garante segurança em meio à disseminação de desinformação?

Com avaliações extensas e padronizadas internacionalmente. Cada imunizante passa por fases clínicas com grandes grupos de voluntários. As equipes técnicas, integradas a fóruns regulatórios globais, analisam evidências e só autorizam produtos que comprovem qualidade, eficácia e segurança.

Após o registro, a Anvisa ainda acompanha a vacina?

Sim. A farmacovigilância continua monitorando eventos adversos e recebendo notificações em tempo real. O acompanhamento pós-registro é permanente.

A tecnologia brasileira pode ser exportada?

Sim. Há demanda internacional crescente, ampliada pela expansão do mosquito em áreas antes não afetadas. Países enfrentam cenários semelhantes e buscam soluções rápidas.

Quando as doses chegarão aos postos?

O Butantan já possui pouco mais de 1 milhão de unidades prontas. O Programa Nacional de

Imunizações discutirá, em conjunto com estados e municípios, o público prioritário. A limitação inicial é a capacidade produtiva, que deve aumentar com a parceria em desenvolvimento com uma empresa chinesa, responsável por ampliar a escala industrial.

A pandemia alterou a percepção pública sobre a agência?

Sim. O período expôs a relevância de estrutura técnica independente. A aprovação das vacinas contra a covid evitou cerca de 200 mil mortes, segundo estudo da Fiocruz. Além disso, a agência viabilizou acesso a medicamentos para sedação, equipamentos e dispositivos essenciais. O episódio reforçou a importância de autonomia e capacidade produtiva nacional.

O país depende de tecnologia local para enfrentar crises sanitárias?

Sim. A pandemia evidenciou o risco de depender de exportações suspensas durante emergências. A articulação de Fiocruz e Butantan permitiu produção interna de vacinas e abastecimento contínuo.

Além de imunizantes, a agência gerencia uma ampla lista de produtos. Como priorizar demandas?

Com reorganização de fluxos, metas específicas e revisão de processos. A Anvisa regula segmentos que representam 23% do PIB, incluindo medicamentos, dispositivos médicos, alimentos, cosméticos, saneantes, agrotóxicos e tabaco. O foco atual é

reduzir prazos de análise e eliminar passivos acumulados.

Quais metas estão em andamento?

Reduzir pela metade as filas de medicamentos e dispositivos médicos em seis meses e normalizar todo o passivo em um ano. Os ajustes envolvem gestão de pessoal, integração de sistemas e incorporação de ferramentas de inteligência artificial.

O quadro de servidores comporta essa demanda?

É altamente qualificado, mas pequeno diante da complexidade crescente. Com novos servidores estão em formação e chegam no início do próximo ano, no maior reforço desde 2014. Tramita

no Congresso a criação de mais 256 vagas.

O uso de inteligência artificial altera a rotina?

Apoia o trabalho técnico sem substituí-lo. A IA agiliza etapas e aumenta produtividade. Projetos desenvolvidos pelos próprios servidores receberão investimentos de R\$ 25 milhões em parceria com o Ministério da Saúde.

Como está a análise das canetas para emagrecimento?

A demanda é elevada. Três fabricantes detêm patentes que expiram em breve. A agência acelerou pedidos de empresas que buscam registrar produtos similares para ampliar a concorrência e reduzir preços.

Suplementos também passaram por revisões recentes. Qual o objetivo?

Fortalecer a fiscalização. Com a centralização dos registros, a agência passou a inspecionar e avaliar todos os produtos. Alguns foram suspensos por descumprimento de normas. O aprimoramento regulatório dá ao consumidor maior segurança sobre o que compra.

A autorização para o cultivo de cannabis para pesquisa altera o cenário científico?

Sim. A medida apoia estudos nacionais e segue parâmetros baseados em evidências. A agência modernizou regras para registro de pesquisas e ampliou mecanismos de reconhecimento internacional, sempre ancorada em dados científicos.

O novo comitê de inovação terá qual papel?

Acelerar o avanço de pesquisas nacionais. Projetos como a vacina de chikungunya, o Wolbachia e a polilamina entraram no radar. O objetivo é encurtar caminhos e garantir que descobertas nacionais cheguem de forma estruturada à população.

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

PROJETO

Milhas para bancar viagens de alunos

» ALÍCIA BERNARDES

A Câmara dos Deputados discute o Projeto de Lei nº 5.837/2025, que cria a Política Nacional de Milhas Públicas (PNMP). A iniciativa determina que todas as milhas acumuladas em passagens aéreas compradas com recursos da União, estados e municípios passem a ser propriedade do poder público. Esses pontos seriam destinados exclusivamente ao custeio de viagens de jovens atletas, estudantes e pesquisadores. O texto é de autoria do deputado Lucas Abrahão (Rede-AP) e já reúne apoio em um abaixo-assinado nacional que vem crescendo nas redes.

O texto prevê que as milhas sejam transferidas automaticamente para o Sistema Nacional de Milhas Públicas (SNMP), plataforma digital pública que registrará e permitirá a auditoria de todos os créditos gerados. Segundo o autor, o objetivo é impedir que milhas

adquiridas com dinheiro público se percam ou sejam utilizadas de forma individual.

“O governo gastou, entre 2023 e 2024, mais de R\$ 23 bilhões em passagens aéreas. Cada bilhete gerou milhas que desapareceram ou foram usadas de forma privada. Queremos que esse recurso retorne para a sociedade”, afirmou Abrahão ao **Correio**.

Pelo projeto, as milhas só poderão ser convertidas em passagens para finalidades sociais: viagens de jovens atletas em competições oficiais, de estudantes da rede pública e universitários que participem de congressos e olimpíadas científicas, e de jovens pesquisadores vinculados a programas acadêmicos. O uso particular, comercial ou a conversão em dinheiro ficam proibidos. A plataforma será disponibilizada gratuitamente aos entes federados, permitindo que estados e municípios também registrem e utilizem suas milhas.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



A proposta tem provocado expectativa em regiões mais isoladas do país, especialmente no Norte e Nordeste, onde os custos de deslocamento são mais altos. Abrahão disse acompanhar essa dificuldade desde a época em

que estudou na Universidade Federal do Amapá.

“Muitos jovens deixam de competir ou apresentar pesquisas porque não conseguem arcar com o valor das passagens. Queremos corrigir essa



Muitos jovens deixam de competir ou apresentar pesquisas porque não conseguem arcar com o valor das passagens. Queremos corrigir essa desigualdade sem aumentar gastos públicos”

Lucas Abrahão (Rede-AP),
deputado federal

desigualdade sem aumentar gastos públicos”, explicou.

No Congresso, o deputado tem buscado apoio de parlamentares da área do esporte e da educação, além de confederações esportivas e entidades estudantis.

Histórias de jovens atletas reforçam a mobilização. A judoca brasileira Mariana Ribeiro, de 16 anos, já participou de torneios nacionais, mas conta que, muitas vezes, a família precisou fazer rifas para bancar as viagens. “A gente treina o ano inteiro, mas a passagem é o que mais pesa. Já deixei de competir porque ficou impossível pagar. Um projeto como esse ajudaria muito atletas como eu”, frisou. Relatos assim, segundo o deputado, são comuns entre adolescentes que tentam avançar no esporte sem apoio financeiro regular.

A matéria terá como primeira parada a Comissão de Administração e Serviço Público, por envolver recursos federais e regras de gestão. O parlamentar também tenta articular apoio para que o projeto tramite com urgência e siga direto ao plenário. A expectativa é de que a proposta avance nas próximas semanas.

O abaixo-assinado deve continuar aberto até o início da votação, com a intenção de demonstrar respaldo popular. Para Abrahão, a aprovação pode ampliar o acesso de jovens talentos a competições, congressos e eventos científicos, ampliando oportunidades e reduzindo desigualdades de mobilidade em todo o país.